



Secretaria de Estado de Fazenda

BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO FISCAL

Sumário Executivo

2021 / 3º quadrimestre

FAZENDA



**GOV
RJ**

Áreas

Equipe colaboradora

SUBPOF

Subsecretaria de Política Fiscal

SUBFIN

Subsecretaria do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro

SUBRECEITA

Subsecretaria de Estado de Receita

SUBGERAL

Subsecretaria Geral de Fazenda

Sumário Executivo

A conjuntura econômica do ano de 2021 apresentou um quadro de lenta recuperação da atividade econômica nas esferas nacional e estadual e, ainda que com um desempenho favorável, foi insuficiente para retomar os patamares de atividades anteriores à pandemia iniciada em 2020. Os dados de atividade econômica para o estado do Rio de Janeiro evidenciam um tímido restabelecimento dos setores industriais e de serviços em 2021, mas uma estagnação do comércio. Em comparação com o desempenho nacional, o estado apresentou melhor desempenho na indústria de transformação e resultados inferiores nos setores de serviços e comércio. A indústria extrativa obteve retração em 2021, após grande alta em 2020.

A alta da inflação, em especial nos setores de combustíveis e energia elétrica, impulsionou as receitas nominais de diversos setores, ao mesmo tempo que corroeu o poder de compra do mercado consumidor. Já o mercado de trabalho fluminense apresentou ampla criação de postos de trabalho em 2021, apresentando uma redução percentual mais acentuada nos níveis de desemprego que no Brasil, mas com maior peso nos informais e ainda em níveis insuficientes para convergir com a taxa de desemprego nacional, significativamente inferior.

Em comparação com 2020, a receita bruta total cresceu nominalmente 45,0% (+R\$ 36.621 milhões), impulsionada pelo ingresso patrimonial extraordinário referente à concessão dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário como outorga de direito de uso relacionado à CEDAE; pelo lançamento do Programa Especial de Parcelamentos de Créditos Tributários (PEP – ICMS); e pela arrecadação superior a exercícios anteriores dos demais tributos estaduais.

Embora tenha tido crescimento da receita tributária (21,6%), proporcionado pelo programa de parcelamento e pela recuperação da atividade econômica, o resultado foi inferior à média nacional no ano de 2021 (24,0%).

Analisando-se a variação da receita do ano de 2021 em relação a 2020, o Rio de Janeiro figurou como o décimo quinto estado entre as unidades federadas, ainda que tenha representado o terceiro maior arrecadador de tributos no país.

As receitas de participações governamentais, derivadas da atividade petrolífera, também contribuíram para o resultado positivo. Durante o exercício em comento, este segmento da receita apresentou alta de 64,5% (+ R\$ 7.614 milhões em valores nominais), resultado do aumento do preço do barril tipo *brent* e da taxa de câmbio, a despeito da pequena queda da produção do petróleo.

No evento realizado na secretaria de fazenda do estado do Rio de Janeiro em agosto de 2021 onde foi debatido a importância do gás natural como forma de reindustrialização fluminense se estabeleceu as políticas públicas que deveriam ser tomadas para se chegar à superação da estrutura produtiva oca. Na discussão dos especialistas do setor foi sugerido a elaboração de políticas para adensamento da cadeia produtiva do setor de óleo e gás, visto que 75% dos fornecedores são de fora do estado do Rio de Janeiro, com estímulo a novos mercados consumidores do gás e a revisão da política de preços do gás, assim como o desenvolvimento de ações para fortalecimento da cadeia produtiva petroquímica, em virtude de que são presentes na economia fluminense as 1as e 2as Gerações deste subsetor químico. A 3ª Geração, que inclui os transformadores de plástico, estão presentes em outros estados do país. Quanto à despesa, o valor fixado na Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R\$ 89.504 milhões. Já a dotação atualizada, que consiste no montante previsto na LOA, acrescido dos créditos orçamentários concedidos durante o exercício, totalizou R\$ 105.012 milhões, 17,3% acima do valor estimado inicialmente.

Em relação à execução, foram empenhados em 2021, R\$ 77.676 milhões, ou seja, 74,0% da dotação atualizada. Desse valor, R\$ 76.868 milhões foram liquidados e R\$ 74.139 milhões chegaram a última etapa da execução orçamentária, o pagamento.

As despesas orçamentárias empenhadas, excluídas as despesas intraorçamentárias¹, apresentaram crescimento de 19,8% sobre o mesmo período do exercício anterior, com maior relevância para as despesas com pessoal. No entanto, esta apresentou, em termos reais, decréscimo de -2,7%. Ainda sobre o tema, importante destacar a redução acumulada no número de servidores ativos do poder Executivo do ERJ, que desde 2014 perdeu 46 mil vínculos ou 20% do total.

Diante desse fato, o Poder Executivo do ERJ permanece abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como no quadrimestre anterior. A análise dos dados de limite de pessoal em conjunto com os bons resultados fiscais, em especial o significativo aumento da receita, foram fundamentais para a implementação da Lei Estadual nº 9.436, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre a recomposição anual dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2022.

Já os investimentos e inversões financeiras apresentaram crescimento de 112% em relação ao ano de 2020, revertendo a tendência de queda dos exercícios anteriores. As despesas de investimento, no curto prazo, estão associadas aos efeitos multiplicadores do produto e do emprego mais elevados, sobretudo em períodos recessivos. No longo prazo são importantes fatores para

¹ As despesas intraorçamentárias ocorrem quando órgão, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social efetuam aquisições de materiais, bens e serviços, realizam pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera de governo

a transformação estrutural, a eliminação de gargalos e a promoção da inovação e do crescimento sustentado.

Nesse sentido, esse documento contém um suplemento onde se apresenta uma matriz insumo-produto e respectivos multiplicadores de investimentos para a economia fluminense e os multiplicadores para o valor adicionado (VAB) e de emprego. A análise dos resultados evidencia que os setores industriais possuem um alto multiplicador associado, desde as indústrias de produtos alimentares (3,32), de máquina e equipamentos (2,29), e as demais de manufatura (3,37). Também as atividades de produção e distribuição de eletricidade e gás possuem fortes efeitos de encadeamento (2,80). Os setores com altos multiplicadores são relevantes para o desenvolvimento estadual, na medida em que o aumento de sua demanda tem grandes desdobramentos no sentido de indução do aumento na demanda dos demais setores da economia.

Outro ponto de destaque diz respeito ao pagamento do serviço da dívida, que inclui o pagamento com juros e amortização da dívida, com crescimento de 98% em relação a 2020. Esses números se justificam pela retomada do pagamento de parte das dívidas do ERJ com o Governo Federal no início de 2021. Contudo, a partir de abril, foi suspenso o pagamento do serviço da dívida com a União por decisão judicial.

A dívida pública do Estado do Rio de Janeiro é composta, atualmente, por operações de crédito, parcelamentos e refinanciamentos. As operações de crédito dividem-se em internas ou externas, tendo como credores diversas instituições financeiras nacionais e internacionais. Os parcelamentos e refinanciamentos são, em quase a totalidade, com a União. Em 2021, a dívida consolidada ultrapassou o montante de R\$ 184.129 milhões.

Diante da melhor performance da arrecadação em 2021, 36,1% superior a 2020 e menor incremento da despesa proporcionalmente, de 20,4% em relação a 2020, o ERJ apresentou significativo superávit orçamentário em 2021,

atingindo o montante de R\$ 13,7 bilhões, o maior da série, valor 423,9% superior ao resultado alcançado em 2020.

Analisando a composição das despesas em relação à receita total, vemos que o Estado do Rio de Janeiro gastou 84% da sua receita, frente a uma média de 95% dos demais, sendo o estado com menor proporção de gastos em relação a sua receita.

Nessa mesma linha, o resultado primário foi de superávit de R\$ 14,8 bilhões em dezembro de 2021, frente ao superávit primário de R\$ 2,2 bilhões observado em 2020. No comparativo do resultado primário em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) com os demais estados, o ERJ também assume posição de destaque: o Estado aparece entre os cinco estados com maior superávit primário em relação à sua RCL – 18%, frente a uma média de 12% dos demais estados.

Quanto ao resultado orçamentário como proporção da RCL em comparação com os demais estados, o Estado do Rio de Janeiro alcançou uma taxa de 17%, o maior valor neste nível federativo, frente a uma média de 6%.

Outro aspecto que evidencia a melhora nos dados fiscais do Estado diz respeito ao estoque de restos a pagar – RP. O ERJ vem reduzindo seu estoque de RP de forma significativa, terminando o ano de 2021 com estoque de R\$ 11.359 milhões de despesa inscritas, uma redução nominal de 21,3% e de 28,5% em termos reais, se comparado com o saldo inicial de 2021. Este é o menor valor desde 2015, época em que o Estado enfrentava o início da fase mais grave da crise financeira que o levou ao desequilíbrio de suas contas e consequente aumento de inscrições de despesas em RP.

Um fator importante a se destacar é que do montante inscrito referente ao exercício de 2020 (R\$ 3.624 milhões) ficou pendente de pagamento apenas o valor de R\$ 85 milhões, o que corresponde a menos de 1% do estoque atual e consolida o Estado como um bom pagador.

Tais resultados refletem o impacto da melhora da arrecadação e do esforço do Estado no controle de suas despesas.

Numa análise mais aprofundada sobre impactos sobre a arrecadação do ICMS, foram investigadas as relações existentes com a taxa de crescimento do PIB. Evidenciou-se a característica pró-cíclica do ICMS interestadual, sob efeito da “estrutura produtiva oca”.

Assim, não obstante o cenário de melhora conjuntural das finanças estaduais, o ERJ se encontra em uma situação estruturalmente fragilizada, que é traduzida em menores resultados da taxa de crescimento médio do PIB e da taxa de crescimento médio da arrecadação do ICMS.

Isso se explica, historicamente, por uma estrutura produtiva centrada no setor de serviços e na indústria extrativa, esta última não intensiva em mão de obra. Esse arranjo, quanto ao setor de serviços, tende a afetar a arrecadação estadual apenas indiretamente e em comunhão com outros estados, uma vez que parcela desse consumo estimula a produção e a arrecadação em outras unidades da federação. Em relação à indústria extrativa, o ERJ é afetado negativamente pela legislação tributária vigente, que incide o tributo excepcionalmente no destino, e não na origem.

Essa “estrutura produtiva oca”, absolutamente desfavorável para a arrecadação de ICMS, que une um baixo crescimento do PIB fluminense e uma baixa participação desse imposto sobre o PIB regional (carga tributária), é uma das principais variáveis explicativas da economia fluminense.

Este documento, portanto, busca não apenas apresentar o cenário conjuntural das finanças públicas estaduais, mas também estimular a discussão dos componentes estruturais da economia fluminense.

Acesse a versão completa do Boletim de Acompanhamento Fiscal no Portal de Transparência Fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda.